

DINÂMICA

André Furtado

A América Latina frente à crise mundial

A América Latina representa uma unidade regional relativamente homogênea tanto do ponto de vista histórico como cultural, constituindo-se em um terreno fértil para estudos comparativos sobre a situação dos países periféricos e subdesenvolvidos. Ela é, também, um espaço privilegiado para analisar as implicações da crise econômica atual sobre as economias periféricas.

A crise econômica que persegue as economias latino-americanas constitui na realidade a causa impulsiva do processo deliberado de industrialização a partir dos anos 30. Porém, a crise atual é totalmente diferente, porque representa o esgotamento das estratégias da industrialização, implantadas após essa data. A história das últimas duas décadas resume esse quadro histórico. De fato, essa história foi marcada pelo esgotamento de dois tipos de estratégias de industrialização. A primeira, que data dos anos 30 e se esgota em meados dos anos 60, foi

chamada de substituição às importações. A segunda, que começa logo depois, em 1967-68, e termina em 1980-81 com a atual crise, foi denominada de abertura externa.

Essas estratégias de crescimento econômico não decorrem somente de fatores sociais e econômicos internos às economias latino-americanas, mas também da relação existente com as economias centrais. A América Latina possui uma inserção periférica específica na economia mundial que a tornou cada vez mais dependente à medida que ingressou na estratégia de abertura externa. Enquanto, ainda nos anos 30, a economia latino-americana possuía uma forte capacidade de desenvolvimento autônomo, na atual conjuntura o fenômeno se inverte, pois a crise é ainda mais profunda aqui do que nos países centrais.

A maior vulnerabilidade externa foi o preço pago pelas economias latino-americanas para ingressar na estratégia de abertura, a partir de meados dos anos 60. No entanto, essa estratégia não decorre unicamente de uma opção política des-

Abertura e vulnerabilidade

11CA SÓCIO ECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA

sas sociedades, mas deriva de fatores internacionais favoráveis. Esses fatores foram engendrados pelo esgotamento do padrão de expansão do pós-guerra nos países centrais a partir de 1967 ¹, que resultou no deslocamento do pólo dinâmico da economia mundial para a periferia e o comércio internacional.

Descrição do quadro regional

A economia latino-americana compõe-se basicamente de três países grandes (Brasil, México e Argentina), de quatro países médios (Colômbia, Chile, Peru e Venezuela) e doze países menores ². Em 1981, os sete maiores países representavam 84% da população e 92% do produto regional (Quadro 1). É interessante observar a evolução da estrutura do produto regional durante as duas últimas décadas. De 1960 a 1980, houve alterações significativas nesta estrutura, principalmente em benefício dos países grandes, pois estes passam de 60,7% do produto regional para 71,5%. Porém, este fenô-

meno englobou somente dois destes países (Brasil e México), excluindo por completo a Argentina. Estes dois países saltaram de 41,6% do produto regional em 1960 para 62% em 1981, revelando que o crescimento do produto concentrou-se basicamente nestes países. Os países médios também foram excluídos deste processo, perdendo posição relativa (20,3% em 1981, contra 28,3% em 1960).

Esta estrutura diferenciada do crescimento do produto produziu uma certa homogeneização dos níveis de vida das sete maiores economias latino-americanas, principalmente entre as três grandes, como podemos observar no Quadro 1. Na realidade, ocorreu uma recuperação dos níveis de vida da Argentina e do Chile pelas duas maiores economias, Brasil e México. Entretanto, os países pequenos continuam representando o grupo relativamente mais heterogêneo do continente devido à presença de países mais ricos como Uruguai e Costa Rica, cujos níveis de vida se aproximam do dos três grandes, e de países pobres como Haiti e Bolívia.

¹ No relatório do CEPIL: *Économie mondiale: la montée des tensions*, Paris, 1983, coloca-se a data 67 como primeiro ponto de inflexão do crescimento do setor manufatureiro nos países centrais (pp. 61 a 75).

² São Bolívia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana e Uruguai. Exclui-se Cuba por falta de dados.

A cópia latino-americana do desenvolvimento desequilibrado

Outro fenômeno estrutural importante é a relativa semelhança a que se chega entre o nível médio *per capita* latino-americano no final do período com a média mundial (Quadro 2). Este traço estrutural revelaria a posição intermediária dos níveis de vida latino-americanos entre o primeiro mundo e o quarto mundo (que são os países verdadeiramente pobres). Dentro das economias latino-americanas, tenderiam a se reproduzir as mesmas rupturas de desenvolvimento que são observadas a nível mundial, devido ao estilo de desenvolvimento voltado para dentro e imitativo dos países centrais. Por esta razão, o Brasil, que conheceu o mais rápido crescimento durante o período, reproduz uma repartição da renda similar à economia mundial. Neste país, os 20% mais ricos dispunham, em 1972, de 66,6% da renda, enquanto que, em 1981, 15,1% da população mundial dispunham de 62,6% do produto (Banco Mundial, 1981). Observamos uma profunda semelhança entre o desenvolvimento desigual e desequilibrado das economias latino-americanas e o que ocorre em escala mundial.

Um outro fenômeno que tenderia a ilustrar a posição periférica e intermediária do desenvolvimento latino-americano seria a estagnação relativa das economias do Cone Sul (Argentina, Chile e Uruguai), cujos elevados níveis de vida aproximaram-se dos países desenvolvidos nos anos 30³. Estes países possuíam uma distribuição da riqueza menos desigual que outros como o Brasil, transformando-se esse fator num obstáculo para seu crescimento nos moldes delineados pela posição periférica da América Latina.

De fato, o que caracteriza o tipo de industrialização latino-americana que começa verdadeiramente nos anos 30 com o propósito de substituir importações, conquistando o mercado interno, e entra em crise profunda nos anos 80, é a sua incapacidade de ultrapassar um certo patamar de desenvolvimento devido aos desajustes estruturais que ocorrem dentro do seu mercado interno. Este mercado interno baseia-se em padrões de consumo imitativos de economias muito mais avançadas no seu grau de acumulação. Portanto, o mercado interno desses produtos é forçosamente limitado apesar do tamanho dos países. As indústrias não adquirem padrões competitivos que permitam a abertura externa para com-

bater o estrangulamento do Balanço de Pagamentos. Este parece ser o caso dos países do Cone Sul que, apesar do grau avançado de industrialização, não conseguiram tornar competitivos internacionalmente seus produtos manufaturados e permaneceram numa posição de primário-exportadores extremamente vulnerável dentro do comércio internacional.

O Brasil representa um caso extremo, pois consegue superar essas contradições pelo seu tamanho, que lhe permite recriar um mercado interno de produtos manufaturados em escala suficiente, de modo a tornar sua indústria competitiva, mesmo em ramos tecnologicamente avançados, entrando em concorrência direta com os países desenvolvidos no comércio internacional.

Evolução da economia latino-americana de 60 a 81

O desenvolvimento produtivo da economia latino-americana foi muito rápido durante todo o período do pós-guerra. O PIB regional quadruplica entre 1950 e 1975, porém devido ao rápido crescimento demográfico o PIB *per capita* somente duplica neste período, decrescendo levemente em relação à média mundial (CEPAL, maio de 81, p. 13).

O motor deste crescimento durante todo o período foi a rápida industrialização baseada no desenvolvimento do mercado interno. Entretanto, esse crescimento da economia latino-americana teve de recorrer em grau crescente à abertura externa para superar suas contradições internas. Por esta razão, apesar de o motor do crescimento ter sido o mercado interno, as economias latino-americanas serão cada vez mais vulneráveis à conjuntura mundial, seja de maneira positiva ou negativa. Este processo ocorre justamente nos últimos vinte anos que abordamos neste estudo.

Ainda no início dos anos 60, as economias latino-americanas seguem o modelo puro de substituição de importações, fechando suas economias e substituindo por produção local os produtos manufaturados de consumo. Nesta fase, o PIB cresce relativamente depressa, apesar do péssimo desempenho das importações.

Em meados dos anos 60, este modelo parece esgotar-se devido ao estrangula-

³ O nível de vida da Argentina igualava-se ao dos países mais ricos do mundo em 1929, com US\$ 700 *per capita*, enquanto o do Brasil, em 1930, era de apenas US\$ 129. Ver Singer, Paul: *Brazil: a country study*. São Paulo CEBRAP, 1978, pp. 1 a 10.

Quadro 1
PNB per capita, distribuição do Produto Regional e
população dos sete maiores países latino-americanos, da América Latina e
das outras regiões do mundo em 1981

	PNB / hab. (dólares)	% PIB L. A.	População (milhões de hab.)
Argentina	2.480	9,5%	28,2
Brasil	2.347	38,5%	121,4
México	2.500	23,4%	69,3
Colômbia	1.300	4,9%	27,8
Chile	2.590	3,9%	11,2
Peru	1.040	2,6%	18,1
Venezuela	4.260	8,9%	15,5
América Latina	2.048	100,0%	346
Quarto Mundo	335		2.493.520
Primeiro Mundo	10.721		678.760
Mundo	2.592		4.488.477

Fonte: Banco Mundial. CEPAL e Atlas Eco.

Quadro 2
Taxas médias anuais de crescimento do setor manufatureiro
nas diferentes regiões do mundo

	1960	1967	1971	1975	1978	1981
Oeste	6,6	5,0		2,0		
Sul	6,3		7,3		5,7	
América Latina	6,3		8,7		3,7	
Este			8,9	6,6		4,7

Fonte: Estudios e Informe de la CEPAL n.º 7, 1981.

Quadro 3
Exportações de manufaturados da América Latina:
participação percentual dos países em 1975 e 1978 e
valor total em milhões de dólares

	1975	1978
Argentina	17,7%	16,5%
Brasil	30,7%	41,3%
México	21,8%	14,5%
Colômbia	5,8%	3,5%
Chile	1,9%	3,4%
América Latina	5.510,9	13.707,6

Fonte: Estudios e Informe de la CEPAL n.º 7, 1981.

**Abertura,
endividamento,
recessão:
a cadeia
perversa**

mento externo dessas economias, que acarreta desaceleração do crescimento do PIB. Somente a partir de 68 esta crise começa a ser superada e a atividade econômica retoma um ritmo elevado de crescimento. Entretanto, esta nova onda de expansão se assenta em bases diferentes devido à inversão da conjuntura externa, que passa a ser extremamente favorável. As importações aumentam em ritmo elevado, o que permite a superação dos impasses estruturais da etapa anterior. Por isso, classificamos esta etapa, de 1968 em diante, como sendo de abertura externa, devido à ligação estreita que esse fator tem com o crescimento econômico, contrariamente à fase anterior.

Esta abertura dar-se-á, no caso da América Latina, induzindo uma crescente vulnerabilidade externa. O valor das importações cresceu acima do das exportações e acarretou importantes déficits comerciais, que foram cobertos por um endividamento externo galopante.

O desempenho da economia latino-americana passará a depender cada vez mais estreitamente da conjuntura financeira internacional. Esta última facilitará a absorção dos choques do petróleo e da deterioração dos termos de troca a partir de 77, porém inverterá seu efeito anticíclico para pró-cíclico a partir de 79, quando haverá uma radical elevação dos juros internacionais em termos reais. Este choque financeiro somente repercutirá sobre as economias latino-americanas de 81 em diante, forçando-as a reduzir drasticamente o nível de suas importações. Estas se reduzirão em volume de 51,2% de 81 a 83, jogando essas economias na mais profunda recessão dos últimos cinquenta anos.

No entanto, apesar da crise ter-se manifestado em 81, o ano de 74 parece ter sido determinante do esgotamento do padrão de crescimento que se instaura a partir de 68.

Neste estudo histórico dividiremos os últimos vinte anos nos seguintes períodos: o primeiro, que vai de 60 a 67, é a continuação e o esgotamento da fase de substituição de importações dos anos 50; o segundo começa em 68 e se esgota em 74, e representa a fase do crescimento regional, induzido pelas facilidades para a importação; o terceiro, de 75 a 78, corresponde à política corretiva da maioria dos países latino-americanos frente ao choque do petróleo e à crise mundial;

o quarto, relativamente curto, vai de 79 a 80, e é fruto de um novo fluxo de capitais que permite à economia latino-americana crescer novamente a um ritmo alto; o quinto, que começa em 81 e se estende até agora, corresponde ao ingresso da América Latina numa crise recessiva profunda (Gráfico 1).

1. O período 60-67: o esgotamento da estratégia de substituição de importações

A estratégia de industrialização por conquista do mercado interno, que é comumente chamada de substituição de importações, não se esgota exatamente neste período. O que sem dúvida se acaba é a possibilidade das economias latino-americanas crescerem no molde imitativo dos países centrais sem recorrer a importações crescentes.

Por esta razão, o desenvolvimento latino-americano durante este período contrasta radicalmente com o que veremos posteriormente. De fato, o crescimento do PIB entre 60 e 67 foi de 5,4% ao ano, sendo relativamente homogêneo para os principais países.

Se compararmos a taxa de crescimento do PIB latino-americano com aquela das importações em volume e do investimento fixo, observamos que esta primeira cresceu a um ritmo mais elevado, enquanto as importações quase estagnaram (Gráfico 2). O crescimento do PIB superior ao do investimento tenderia a mostrar uma melhora da relação capital/produto no período; entretanto, trata-se na realidade de uma crise de desinvestimento que repercutirá na baixa do crescimento do PIB em 66 e 67 (Gráfico 1). Este processo de desinvestimento está aparentemente ligado à pouca capacidade para importar que tiveram essas economias durante o período.

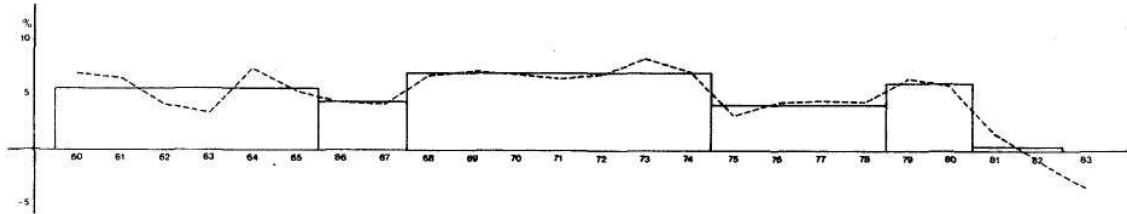
Esse estrangulamento externo ocorre de preferência nos países grandes e com maior intensidade ainda no Brasil. Neste último as importações decrescem, em volume, no ritmo médio de 7% ao ano, de 60 a 65, repercutindo negativamente no investimento fixo que somente aumenta de 1% ao ano durante o período.

Este período caracteriza-se, portanto, por uma conjuntura externa relativamente desconfortável, que leva ao esgo-

Taxas anuais médias de crescimento do PIB (Ano a ano e médias por período)

Gráfico 1

América Latina



Taxas médias anuais de crescimento do PIB, da formação bruta de capital fixo e das importações em volume (ano a ano e médias por período)

Gráfico 2

América Latina

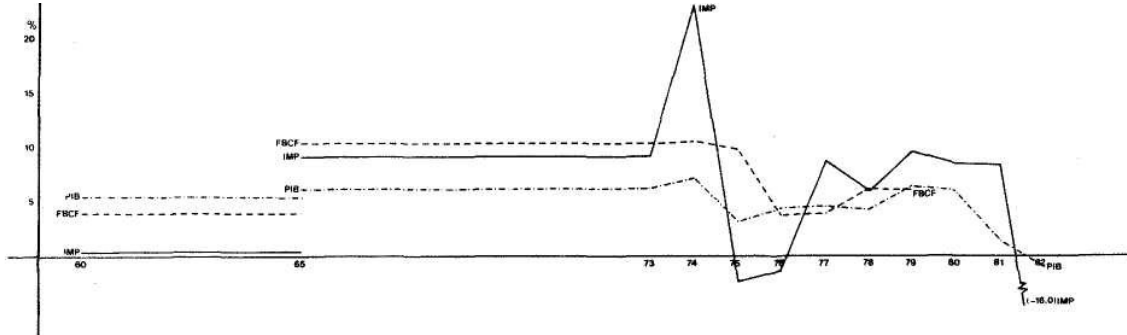


Gráfico 3

3 grandes

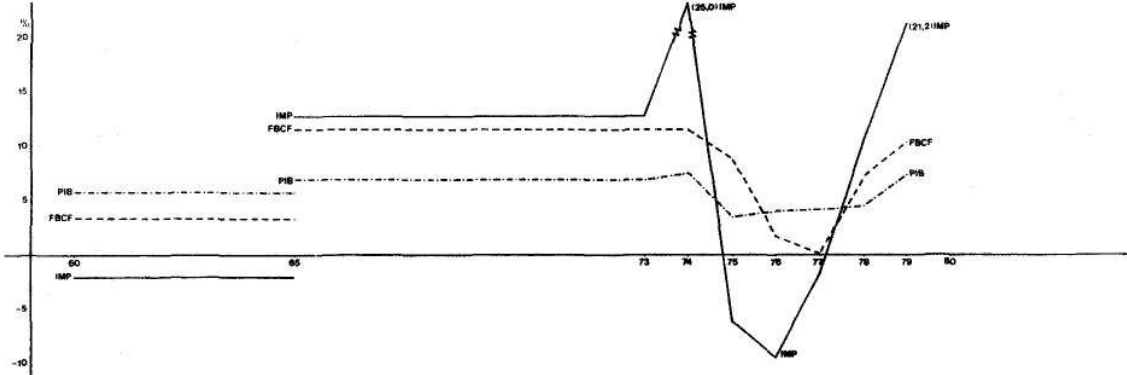
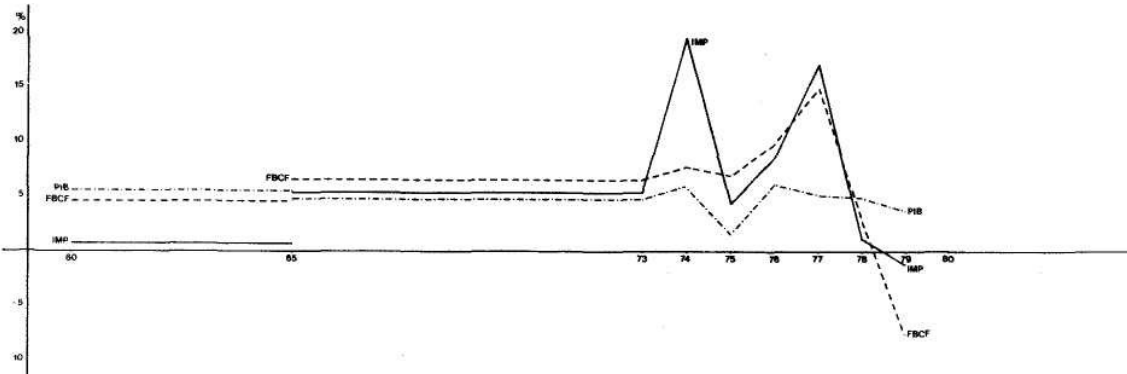


Gráfico 4

4 médios



Mercado interno para multinacionais: a desilusão nacionalista

tamento da fase de crescimento anterior. Tal conjuntura atinge com maior profundidade os países grandes da América Latina.

Dentro do quadro dos países em desenvolvimento, a experiência de industrialização latino-americana é interessante, pois ela tem-se baseado no mercado interno e foi realizada, até esse período, num quadro relativamente adverso para essas economias exportadoras de bens primários. Porém, a América Latina, mesmo neste período adverso, continua a sua inserção na economia mundial através da implantação maciça e estratégica das multinacionais em seu tecido industrial. A radicação desta é condizente com a natureza do processo de substituição de importações, que necessita da tecnologia das multinacionais para reproduzir os produtos manufaturados elaborados, necessários a seu mercado interno.

2. O período 68-74: expansão econômica com abertura externa

A partir de 68 até 74, inaugura-se um novo período marcado por altas taxas de crescimento (média anual de 7,1%). A causa desta revitalização do crescimento econômico se situa na abertura crescente das economias latino-americanas que haviam atingido um ponto máximo de fechamento em 65. Esta abertura se dá principalmente pelo surto das importações que crescem em volume acima do PIB, invertendo por completo o movimento do período anterior (Gráfico 2). É interessante ressaltar que a taxa média anual de crescimento das importações em volume se eleva de 0,4% de 60 a 65 para 10,3%, de 65 a 74; o inverso ocorre com as exportações que até sofrem uma ligeira desaceleração, passando de 5,6% para 4,1%, o que revela que a conjuntura internacional foi particularmente favorável para a América Latina.

Entre os países que se beneficiaram desta conjuntura se destacam os grandes, que aumentam sua taxa média de crescimento para 8,0% de 68-74, contra 5,6% do período anterior. Os médios são relativamente excluídos, o que demonstraria que somente as grandes economias latino-americanas foram sensíveis a esta nova etapa de crescimento, destacando-se o Brasil. Este último mais que duplica sua taxa de crescimento.

O Brasil parece ser o principal responsável por essa aceleração do crescimento regional, porém a natureza do crescimento econômico do conjunto regional modifica-se na medida em que a maioria dos países é beneficiada pelo surto das importações.

As razões desta reversão da relação da América Latina com a economia mundial se encontram, sem dúvida, tanto na melhora da sua posição comercial em relação a esta última, como também no comportamento endógeno das economias centrais. Vejamos mais em detalhe esses aspectos.

2.1. A posição da América Latina no comércio mundial

Apesar do excelente desempenho das importações da região durante o período, a América Latina tem sido relativamente excluída da expansão do comércio mundial, que tendeu a concentrar-se nos países desenvolvidos. A posição da América Latina diminui nas exportações mundiais de 5,6% em 65 para 3,9% em 73; as importações seguem menos intensamente, decrescendo de 6,2% a 5% (ver: BID — março 1975). Essa evolução desequilibrada transformou o excedente comercial de 1 bilhão de dólares em 65 em déficit de 6 bilhões de dólares em 1973.

Além das facilidades financeiras que permitiram aos países realizar déficits comerciais, houve uma real melhora dos termos de troca, fazendo com que a evolução lenta das exportações fosse compensada pela evolução do valor. De 70 a 75, as exportações aumentaram *em quantum* à taxa média anual de 1,8%, enquanto em valor à taxa de 20,2%; as importações, a taxas respectivas de 8,6% e 24,9% (CEPAL, 1981). Tal evolução demonstra uma profunda melhora nos termos de troca.

Este quadro tenderia a confirmar que, durante o período, a América Latina beneficiou-se de condições externas muito favoráveis, graças à melhora dos termos de troca e de um quadro financeiro internacional que lhe permitiu cobrir os déficits crescentes em transações correntes.

Houve, portanto, uma reversão profunda com o quadro externo do período anterior. Tal fenômeno deriva de modificações que ocorreram durante o período-

do nas economias centrais e que repercutiram nas relações tradicionais entre centro e periferia.

2.2. O esgotamento do crescimento nos países centrais

As economias centrais parecem haver começado a esboçar um movimento de desaceleração do crescimento industrial justamente nos anos nos quais ocorre uma reativação das economias periféricas do Sul (Quadro 2). Tal desaceleração foi fruto do esgotamento do padrão de crescimento industrial implantado no pós-guerra e, principalmente, nas economias mais adiantadas (EUA e Alemanha — ver CEPPII, 1983).

Entretanto, essa desaceleração é contrabalançada por um movimento de abertura externa dessas economias. De fato, a fase que decorre entre 67 e 73 caracteriza-se por uma aceleração do ritmo das exportações mundiais. O ritmo médio de expansão das exportações dos países desenvolvidos foi de 9,6%, de 65 a 73 (BID, março de 1975).

Tal movimento de expansão para fora das economias industrializadas repercutirá negativamente sobre os Estados Unidos, que começam a perder competitividade externa e, conseqüentemente, a conhecer déficits na Balança de Transações Correntes. Estes déficits representam um fator importante de liquidez internacional que permitiu a formação do mercado de euromonedas.

A maior competição entre industrializados e a formação de liquidez internacional foi a manifestação da internacionalização das economias industrializadas como resposta ao esgotamento do crescimento interno destas economias.

Neste contexto é que a economia latino-americana encontra um terreno fértil para a sua nova fase expansiva. Seria interessante relembrar a versão dinâmica da teoria do centro e da periferia, onde os dinamismos dos dois espaços competem numa relação dialética. Quando o centro começa a esgotar suas possibilidades de crescimento, este tende a deslocar para fora sua onda expansiva, acirrando-se a competição entre centro e periferia.

A América Latina teria, portanto, se beneficiado no período tanto da expansão comercial, melhorando suas relações de troca, como da formação do mercado

financeiro internacional, que lhe permitiu cobrir os seus déficits.

Outro acontecimento importante, chamado de segunda ruptura monetária (CEPII, 1983), será o abandono por parte dos EUA do sistema de paridades fixas em 1971, que acelerará ainda mais a formação de um mercado financeiro privado internacional. Este processo ajudará a melhoria dos termos de troca na medida em que haverá, já a partir de 71, uma forte especulação sobre as mercadorias contra o dólar. Há, portanto, neste período, uma forte correlação entre a perda de poder por parte dos EUA, a internacionalização financeira da economia mundial e a melhora da inserção latino-americana nesta.

Recolocando errt questão as antigas especializações, é justamente no começo dos anos 70 que os países latino-americanos vão impulsionar suas exportações de manufaturados, entrando em competição com aquelas dos países desenvolvidos em dois níveis: seja no mercado dos países centrais, seja no próprio mercado latino-americano. Entretanto, este surto das exportações de manufaturados surge sempre como uma resposta à situação de déficit crônico causada pelo pouco dinamismo da posição primário-exportadora, e não como uma estratégia deliberada de industrialização (ver item 3.3).

2.3. O choque do petróleo de 1973: uma data decisiva

O processo de crescimento acelerado da economia latino-americana parece esgotar-se nesta data que marca o começo de uma era de crise profunda para a economia mundial. Claro que na América Latina o crescimento continuará a um ritmo médio superior àquele dos países centrais mais duramente atingidos pela crise (ver Quadro 2). No entanto, esta data marca o começo de uma fase de perturbações no mercado mundial que, a médio prazo, repercutirá ainda mais negativamente sobre a região.

Na realidade, prosseguirá até 81 a dinâmica anticíclica, apresentada pelas economias do Sul, frente à crise mundial que se aprofunda. Esta posição está ligada à própria expansão das economias centrais, que encontram nas economias do Sul uma forma de escapar ao esgotamento do crescimento interno, exportan-

A dialética centro-periferia

O choque do petróleo em 73, uma data para a história

1974, o começo das "vacas magras"

do mais e ampliando o financiamento das importações de seus clientes do Terceiro Mundo.

O choque do petróleo se apresenta também como um acontecimento fundamental de transferência de poder econômico das economias centrais para as do Sul, reforçando de certa maneira o papel anticíclico das economias do Sul na crise mundial. A própria ligação que existe entre o excedente de petrodólares, com a expansão dos mercados financeiros internacionais e das dívidas do Terceiro Mundo, tenderia a generalizar no Terceiro Mundo essa tendência anticíclica.

O choque do petróleo parece associar-se com o esgotamento da fase de expansão anterior, na medida em que o crescimento das economias latino-americanas ficará mais difícil e serão maiores as contradições internas. O ano de 74 revela claramente esse aspecto para todas as economias da região, como veremos adiante. Entretanto, esta data criará uma ruptura importante entre os exportadores e os não-exportadores de petróleo. No que se refere às importações de petróleo, estas se encontram basicamente concentradas no Brasil, que, em 74, importava pouco menos de dois terços do petróleo da região. Dentro dos países latino-americanos, este país é o que se assemelha mais na estrutura de importações a um país desenvolvido, devido ao peso importante do petróleo nas suas importações.

2.4. O ano de 74: esgotamento da fase de expansão

Este ano representa a data-chave onde se esgota a fase de expansão permitida pela abertura externa. De fato, mesmo os países não-exportadores de petróleo, prevalecendo-se da abundância de petrodólares, de reservas em divisas importantes, quase duplicam o ritmo de expansão das importações, que atinge 21,65% em 74. Entretanto, o crescimento do produto manufaturado conhece, esse ano, uma sensível desaceleração, reduzindo-se dos 9,5% dos três anos anteriores para 6,6% em 74 e, logo, 1,1% em 75.

Ocorre, portanto, uma ruptura do ritmo de expansão das importações e da FBCF (Formação Bruta de Capital Fixo) que mantêm seu ritmo elevado (+ 9,7% em 74 e +11,6% em 75)

com o do produto principalmente manufatureiro. Esse fenômeno representa uma forte perda de rentabilidade da economia e, sobretudo, uma elevação da relação capital/produto que tenderá a crescer daí em diante.

Nos países exportadores de petróleo (principalmente Venezuela) a situação é semelhante, pois ocorrerá a mesma degradação da rentabilidade da economia, porém esta será encoberta por uma conjuntura externa extremamente favorável, que dissimulará por alguns anos essa realidade.

O ano de 74 marca, para as economias latino-americanas, o esgotamento do padrão de crescimento industrial de substituição às importações com a abertura externa que se implanta em 68. Este ano é uma data tão decisiva na história da região como 67 para os países centrais, encerrando o período de rendimentos crescentes e abrindo aquele de rendimentos decrescentes. Conjugam-se nesse ano o encerramento das facilidades externas em termos de preços relativos (exceto para os exportadores de petróleo) com o esgotamento da capacidade de crescimento industrial. Aprofundam-se os desequilíbrios no setor externo e dentro da economia pela inflação. Estes desequilíbrios, em geral, derivam do confronto da necessidade de intensificar o investimento para assentar o processo de industrialização com a incapacidade de aumentar substantivamente a poupança interna. Eles também decorrem dos desajustes do tipo de industrialização imitativa dos países centrais que requerem, para repetir os padrões de consumo vigentes nestes países, funções de produções com elevado coeficiente de capital. Principalmente quando o processo de industrialização passa dos segmentos de consumo finais para o de consumo intermediário, ou seja, para as indústrias de base.

3. Fechamento da economia latino-americana e o esforço exportador (75-78)

As tendências à abertura externa durante o período 68-74 e o aprofundamento destas no ano de 74 levaram as economias latino-americanas em conjunto a um importante déficit comercial e de Transações Correntes em 75, de respectivamente — 8,6 bilhões de dólares

Taxas médias anuais de crescimento do PIB, da formação bruta de capital fixo e das importações em volume (ano a ano e médias por período)

Gráfico 5
Brasil

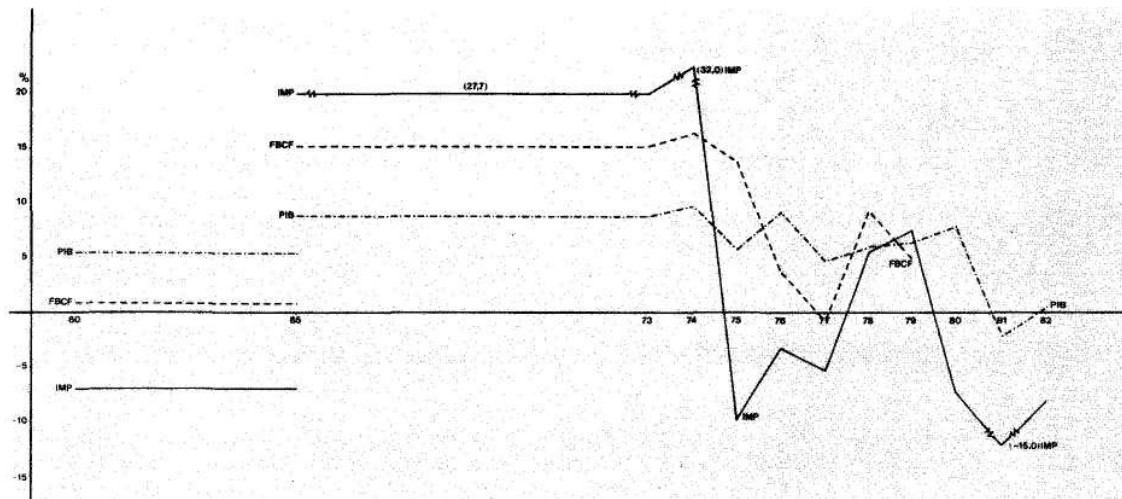


Gráfico 6
Não-exportadores de petróleo

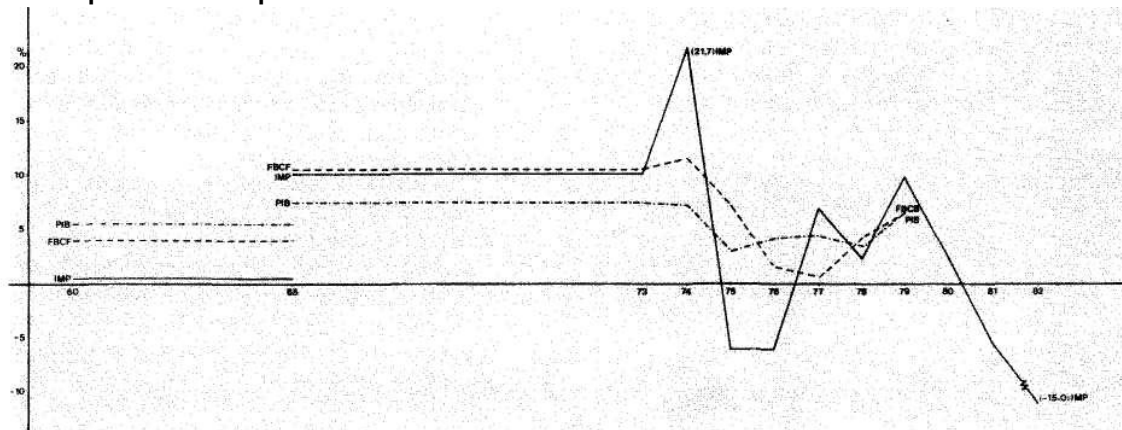
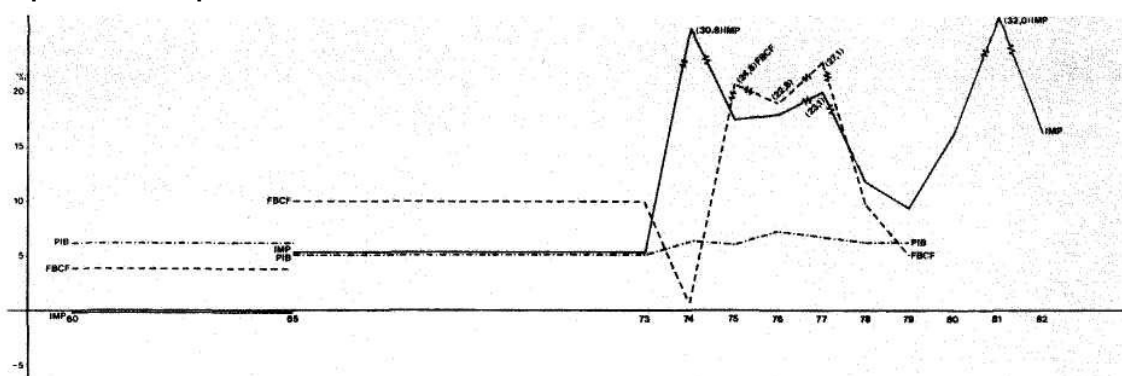


Gráfico 7
Exportadores de petróleo



e — 14,2 bilhões de dólares. Para corrigir esta situação, a partir de 75 desenha-se nos países não-exportadores de petróleo uma política de reajustes que terá por função aumentar as exportações e substituir as importações.

Essa política corretiva toma nos países do Cone Sul uma clara orientação conservadora e liberal. Como apontamos anteriormente, estes países já sofriam, durante todo o período anterior, de uma perda de sua posição relativa no conjunto da economia regional. O período favorável de 68-74 permite a essas economias do Cone Sul prosseguir crescendo nos moldes do modelo de substituição de importações. Porém, a reversão da conjuntura mundial deixa-nos numa posição extremamente vulnerável frente à crise, confrontando-a com problemas estruturais não resolvidos no passado. A posição das elites dominantes que retomam o poder nesses países será de abandonar por completo a estratégia de substituição às importações com fechamento do mercado interno, que no fundo as enfraquecia, para jogar a carta do liberalismo econômico nos moldes clássicos. Essa nova política consiste, na realidade, num retorno às políticas das oligarquias de antes dos anos 30, que privilegiavam fundamentalmente o setor primário-exportador. A indústria desses países, apesar de ter atingido um certo grau de desenvolvimento, não podia enfrentar a concorrência externa, iniciando-se um processo rápido de desindustrialização e de desagregação destas economias.

O Brasil, neste período, ao contrário, formulará uma política industrial cujo objetivo principal será o de aumentar o grau de integração do seu sistema industrial. O contraste entre essas duas políticas está ilustrado pelas diferenças entre as taxas de crescimento da produção manufatureira de 75 a 79 entre Brasil (+6,4%) e Argentina e Chile (0% e 0,5%).

Vejam os como se comportam, *grossa modo*, os dois principais grupos de países.

3.1. Os países não-exportadores de petróleo

O choque do petróleo representa, para esses países que constituem a parte mais importante do continente, uma radical modificação das relações comerciais do

período anterior. Essas modificações repercutirão tanto no desempenho do PIB quanto no da FBCF. A partir de 75, o volume das importações decresce, induzindo a uma redução do ritmo de crescimento do PIB e da FBCF.

No entanto, o esforço exportador tem sido importante neste período e no subsequente. As exportações crescem 7,8% em média, de 75 a 81, contra 5,1%, de 65 a 74, que foi designado como período de abertura externa. Na realidade, no período anterior, o crescimento das economias latino-americanas não-exportadoras de petróleo foi induzido pelas facilidades de importar, enquanto de 75 em diante pareceria ser o setor externo o ponto nevrálgico do crescimento. A política de substituição às importações segue uma racionalidade similar à do setor exportador e passa a ser, em certos setores, o motor do crescimento.

Essa nova inserção que estes países procuram no comércio mundial, apesar de ser mais agressiva, somente resolve o problema da Balança Comercial e não aquele mais profundo do endividamento externo que começa a pesar de maneira crescente nas contas externas desses países. Assim, em 77 esses países realizam um excedente comercial de 1,8 bilhão de dólares, um déficit de apenas — 431 milhões de dólares em bens e serviços, mas o déficit em Transações Correntes eleva-se — 5,4 bilhões de dólares. Os juros pagos pela dívida aumentam de mais de 100%, passando de — 1,6 bilhão de dólares em 74 para — 3,4 bilhões de dólares em 77 (ver Anuário Estatístico — CEPAL, 1980). Essa evolução do peso aceleradamente crescente da parte financeira das contas externas marcará, a partir de então, o quadro econômico desses países. Tanto que, cada vez mais, o fechamento dessas contas passará a depender do fluxo crescente de capitais de empréstimo, inclusive para cobrir a parte relativa dos juros da dívida.

3.2. Países exportadores de petróleo

Nestes, incluem-se principalmente a Venezuela e o Equador e, a partir de 78, o México, que ingressa decididamente neste grupo. Obviamente o comportamento deste grupo opõe-se aos não-exportadores de petróleo na medida em que houve uma considerável melhora

Exportações crescentes e dívida externa crescente. Qual é?

dos termos de troca que no entanto reduziram-se durante o período de 75 a 78.

Este grupo de países havia sido relativamente excluído da expansão das importações durante o período anterior (7,4% de crescimento médio de 65 a 74 contra 11,1% para os não-exportadores). Entretanto, a FBCF manteve num patamar elevado o crescimento do PIB.

No período analisado, depois de algumas hesitações, estes países se lançam numa política de expansão desenfreada das importações, que terá efeitos cada vez menores e posteriormente negativos sobre o crescimento do PIB.

De fato, a partir de 74 o volume das importações aumenta consideravelmente. A FBCF segue com um ano de atraso, atingindo níveis astronômicos. Entretanto, o crescimento do PIB, apesar de se acelerar, não segue no mesmo ritmo, revelando-se claramente uma forte deterioração da relação capital/produto. Portanto, o esforço realizado em investimento após 74 por estas economias revela também as mesmas incapacidades daquele que apontamos para a América Latina em seu conjunto em 74, ou seja, o esgotamento de um certo padrão de crescimento.

O esgotamento deste padrão será ainda mais visível nos países exportadores de petróleo na medida em que estes aprofundarão ainda mais o esforço de investimento. A economia venezuelana, que é a mais significativa do grupo, mostra bem esse fenômeno. Já em 79, o crescimento de seu PIB é nulo, apesar de todo o esforço no investimento, que cresceu, em média, de 75 a 79, 14% ao ano.

3.3. A experiência de exportação de manufaturados

As exportações de manufaturados começaram a desempenhar um papel importante no período expansivo de 68 a 73. Nesse último ano, elas representam 21,2% das exportações contra 8,5% em 65 (CEPAL, 1981). A partir desse ano, em consequência da crise da economia mundial, há esgotamento deste tipo de expansão, caindo as exportações de manufaturados para 17,1%, em 74, e 17,7%, em 75. O aumento em valor das exportações de petróleo não explica por si só esse fenômeno, pois há decréscimo em valores absolutos das exportações de manufaturados em 74 e 75, indicando

verdadeiramente uma crise de mercado. Porém, já a partir de 77, essas exportações retomam seu ritmo alto de expansão (21,6% das exportações totais em 77 e 25,7% em 78).

No entanto, a estrutura das exportações de manufaturados por países de origem se modifica de maneira importante de 73 a 78 (Quadro 3). Esta alteração se deve a uma modificação nos mercados de destino também. Os maiores exportadores na ALALC em 73 são Brasil, Argentina, México e Colômbia. Estes dois últimos eram importantes exportadores de manufaturados para os países desenvolvidos (México, 72,7% das exportações de manufaturados, e Colômbia, 42,3% em meados da década — CEPAL, 1981).

Estes dois países, e principalmente o México, são os que sofrerão mais com a estagnação da exportação dos manufaturados. A participação do México e da Colômbia nas exportações de manufaturados latino-americanos reduz-se no período de 27,6% para 18% (Quadro 3). O grande beneficiado foi o Brasil, que aumentou sua participação de 30,7% para 41,3%. Ora, esse país tem se caracterizado como havendo logrado, durante o período, uma grande diversificação dos seus mercados de destino.

Se tomarmos como referência as exportações de manufaturados sobre as exportações totais, observamos que estas representavam em 73, para o Brasil, 27,3%, enquanto no México sua participação era de 48,9%. Em 78, esta relação se inverte, pois no Brasil esse percentual sobe 44,7% e no México declina para 34,3%.

Em conclusão, podemos destacar que os países que haviam criado uma forte especialização nos mercados de destino, principalmente países desenvolvidos, se encontram em posição de fragilidade a partir de 74, enquanto que aqueles que possuem mercados regionais mais amplos (Argentina e Chile) mantêm suas posições. O Brasil representa um caso privilegiado, pois devido às condições mais avançadas de sua industrialização adquire capacidade de competição externa no setor industrial e consegue ampliar e diversificar consideravelmente seus mercados.

Portanto, a nível do comércio de manufaturados, houve a partir da crise mundial, nesta sua primeira fase, questionamento das antigas especializações

Sul-Sul, um novo eixo da expansão internacional para a AL

(Norte-Sul) e um certo redirecionamento para um novo mercado (Sul-Sul).

Este redirecionamento das exportações de manufaturados repercute-se na modificação da composição destas em benefício da indústria mecânica (27,1%, em 78, contra 22,7%, em 73). Os produtos mecânicos se destinam principalmente aos países em desenvolvimento (56%, em 75, dos quais 39% para a América Latina e o Caribe). Por outro lado respondem por esses produtos predominantemente os países grandes, e, dentre estes, o Brasil.

4. Curto período de expansão sob o impulso do endividamento externo (79-80)

A política corretiva que foi praticada na maioria dos países latino-americanos no período anterior será abandonada na medida em que, a partir de 78, haverá facilidades para se endividar. Esta conjuntura favorecerá tanto os exportadores de petróleo que estavam numa situação cada vez mais crítica como os não-exportadores de petróleo. De fato, o déficit comercial começa a aumentar novamente para os não-exportadores de petróleo. Essa evolução comercial se associa a uma deterioração dos termos de troca para esses países; entretanto, ela é compensada por uma evolução positiva da entrada de capitais. Estas, que foram de 8,1 bilhões de dólares em 77, passaram para 15,2 bilhões de dólares em 78.

O ano de 78 foi o ponto de partida para um novo ciclo de endividamento, que permitiu aos países latino-americanos conhecer ainda um certo raio de manobra em relação ao serviço da dívida, podendo essas economias serem relançadas principalmente pela via do aumento das importações. Por essa razão, nesses dois anos a economia latino-americana recobra velocidade, crescendo a 6,2% ao ano.

A lógica do endividamento dos exportadores de petróleo é um pouco diferente e, paradoxalmente, começa já anteriormente. De fato, a partir de 75 esses países vêm minuar suas rendas das exportações, enquanto as importações aumentam aceleradamente. Já em 77 esses países tinham um déficit comercial superior aos dos não-exportadores.

Nos países do Cone Sul, as facilidades financeiras que ocorreram nesse período levarão esses países a aprofundar

a experiência liberal. Assim, serão criadas facilidades para importar, instaurar-se-á um mercado livre de divisas e uma política de estabilidade das taxas de câmbio baseando-se exclusivamente nas facilidades financeiras externas. Por esta razão, as próprias entradas de capitais não terão um objetivo produtivo, sendo destinadas mais para fins especulativos.

Esta conjuntura financeira permitirá também a países como o Brasil amortecer o segundo choque do petróleo, chegando a economia brasileira a crescer à taxa média de 7,2% nesses dois anos.

O México se beneficiará triplamente da conjuntura financeira favorável, do aumento das exportações petrolíferas e do segundo choque do petróleo. Durante o período sua economia cresce muito vigorosamente, à taxa média de 8,8%.

Essa conjuntura começa a se inverter quando ocorre a elevação das taxas de juros nos Estados Unidos em 1979, representando um fenômeno da importância do choque do petróleo. Somente que, contrariamente ao choque do petróleo, este fenômeno beneficiará o centro contra a periferia. Seu impacto far-se-á sentir, não logo, nas economias periféricas, porque haverá uma forte expansão de capitais a nível internacional, impulsionada pela expansão dos petrodólares no período e pela inflação internacional que permitirá provisoriamente contornar a elevação das taxas de juros.

5. O choque dos juros (81-)

Enquanto anteriormente certos fatores externos mantiveram o crescimento dos países periféricos num patamar superior ao dos países centrais, esta situação inverte-se radicalmente a partir de 81. O tipo de crise no qual parece terem sido jogadas essas economias é de natureza muito mais profunda do que aquela das economias centrais, seja em números absolutos ou, pior ainda, quando referidas à renda *per capita*. Segundo a CEPAL (dezembro de 1983) o PIB *per capita* decresceu de — 9,5%, de 81 a 83, para a América Latina, sendo o decréscimo de — 13,3% para a Argentina, de — 11,9% para o Brasil e de — 4,8% para o México⁴.

A razão desta recessão inusitada na história econômica latino-americana foi a fulminante redução da entrada de capi-

Depois da queda, coice: choque do petróleo e elevação dos juros nos EUA

⁴ A CEPAL calcula que a América Latina perdeu 25 bilhões de dólares em 83 pela deterioração dos termos de troca e pela alta taxa de juros (dezembro 1983).

tais para essas economias, o que as deixou sem possibilidade de se refinar.

Já em 81, a maioria dos países não-exportadores de petróleo se encontram numa situação extremamente desfavorável, o que os leva a praticar políticas recessivas, apesar deste ano ainda ser relativamente favorável sob o aspecto financeiro, pois as entradas líquidas de capitais correspondem a 38 bilhões de dólares.

No ano seguinte, após os problemas de pagamento do México e da Venezuela, a crise se generaliza aos exportadores de petróleo. O mercado financeiro reage à insolvência desses países, reduzindo o fluxo de capitais para a América Latina, que cai para 16,5 bilhões, em 82, e 4,4 bilhões, em 1983. Em dois anos o fluxo de capitais reduz-se a quase um décimo.

Essa situação leva os países latino-americanos a reduzir drasticamente as suas importações, que passam de 98,4 bilhões de dólares, em 81, para 56,3 bilhões de dólares, em 83, o que, por sua vez, repercute de forma extremamente negativa sobre o nível da produção.

Conclusões sobre a história recente

Após um longo período de crescimento para dentro das economias latino-americanas, com redução da participação do coeficiente das importações no produto, esse tipo de estratégia de desenvolvimento esgota-se no começo dos anos 60. A partir de 67, as economias latino-americanas, auxiliadas pela conjuntura internacional, conseguem resolver seus problemas estruturais internos reabrindo-se novamente. Tal abertura foi facilitada por uma conjuntura internacional extremamente favorável, que permite aumentar as importações a ritmo elevado durante sete anos, sem que essas economias em conjunto tenham feito um esforço particular para exportar. A partir de 74, terminam as condições comerciais favoráveis e esgota-se, obviamente também na América Latina, o padrão de crescimento que se estabelece a partir de 67. O ano de 74 é muito revelador, pois para manter um ritmo de expansão inferior ao de 73 os países latino-americanos devem aumentar enormemente o ritmo das importações. Para manterem um nível de investimento e de crescimento do PIB elevado, estas economias devem arcar com importações cada vez mais importantes. Este ano, juntando a deterio-

ração dos termos de troca dos não-exportadores de petróleo e o esgotamento do padrão de crescimento, representa o ponto de inversão para o crescimento da economia latino-americana.

A partir desta data, o endividamento se torna uma variável de importância maior para manter a posição anticíclica que a América Latina vem assumindo na economia mundial.

A experiência dos exportadores de petróleo, principalmente a Venezuela, é reveladora, pois esse país, ajudado por fatores externos extremamente favoráveis no pós-73, lança-se numa política de industrialização cujo fracasso é ilustrado pela sua estagnação prematura a partir de 79. O petróleo, abrindo demais a economia da Venezuela, deixou-a numa posição muito frágil. Ademais, os programas de investimento foram superdimensionados e tinham uma relação capital/produto extremamente elevada.

O fenômeno do endividamento esgota seu papel anticíclico quando a economia americana realiza o aumento das taxas de juros reais do dólar, asfixiando as economias endividadas, a partir de 79.

A partir desta data a variável monetária que havia sido o meio de postergar os impasses estruturais externos e internos das economias latino-americanas, como o déficit em Transações Correntes e a falta de poupança interna, reverte completamente seu papel, transformando-se num fardo insuportável que obriga esses países a realizar um enorme excedente nas contas externas para ser transferido ao exterior.

A partir de 82, a América Latina começa a realizar volumosos excedentes comerciais. Em 1983 o excedente na Balança de Bens e Serviços latino-americano aproxima-se de 25 bilhões de dólares, ou seja, 44% das importações do ano, que serviram para cobrir em parte os juros de 33 bilhões de dólares. Este excedente, devido às condições do mercado internacional, não foi realizado, aumentando a produção mas diminuindo o consumo de bens importados.

O que chamamos de crise nos países periféricos e que atinge com peculiar gravidade a América Latina corresponde a uma fase de um fenômeno de crise mais global, que tem seus começos já nos fins dos anos 60. No começo desta crise, que corresponde ao esgotamento do padrão de crescimento industrial do

Cresceram se endividando; regridem se endividando. A moral da internacionalização

As relações centro-periferia: competição e "queda de braço"

O dinamismo econômico, condição e resultado das desigualdades sociais

Bibliografia

CEPAL:

• *La Industrialización de América Latina y la Cooperación Internacional*. Estudios e Informes de la CEPAL, Mayo de 1981.

• *Balance Preliminar de la Economía Latinoamericana en 1983*, dez. 83.

CEPII:

• *Économie mondiale: la montée des tensions*. Paris, 1983.

Inter-American Development Bank:

• *Latin America in the world economy*, mar. 1975. Singer, Paul. *Brazil: a country study*. São Paulo, CEBRAP, 1978 (paper).

OCDE:

• *World energy outlook*, Paris, 1982.

World Bank:

• *World Development Report*, 1983.

• *América Latina en el Umbral de los años 80*, nov. 1979.

• *Anuário Estatístico de América Latina*, 1980.

• *Las Relaciones Económicas Externas de América Latina en los ochenta*. Estudios e Informes de la CEPAL n.º 7, 1981.

A saída da crise passa pelas reformas estruturais. Passa, com essa classe dirigente?

pós-guerra nos países centrais, a periferia passa a assumir um papel dinâmico compensador e também competidor do centro. A própria desorganização dos mecanismos coercitivos a nível internacional permite tal expansão, que beneficia as multinacionais e bancos internacionais. Entretanto, essa expansão incontralada da economia mundial engendra contradições crescentes entre os diferentes pólos da economia mundial, assim como com países periféricos. O acontecimento determinante será o choque do petróleo, que marcará uma profunda mudança de relações de forças entre economias centrais e periféricas, assim como o esgotamento definitivo de um certo modelo de industrialização baseado na pilhaagem de recursos naturais não renováveis.

Em 1979 a principal economia central (EUA), sentindo-se ameaçada pela crescente perda de seu poder a nível internacional, realiza um verdadeiro choque financeiro, que reverterá radicalmente a posição ascendente da periferia. A partir de então, começa a haver um processo de concentração do poder econômico nos Estados Unidos e de debilitação de todas as economias concorrentes. Portanto, a crise das economias periféricas corresponde a essa nova fase de concentração do poder na principal economia central.

A crise econômica dos países latino-americanos apresenta três pontos que merecem ser ressaltados:

- Em primeiro lugar, é a impossibilidade em que se encontram os países latino-americanos, apesar do rigor das políticas recessivas, de cumprir com todos os compromissos da dívida, ou seja, o pagamento dos juros e das amortizações. Esta situação se deve à própria conjuntura internacional, que desfavorece sobretudo os países endividados (altas taxas de juros reais e deterioração dos termos de troca) após tê-los encorajado a superendividar-se.
- O segundo ponto representa a profundidade, sem precedentes na história, da recessão a que chegou a grande maioria dos países da América Latina. Além da degradação dos níveis de vida, a crise deixa ociosos segmentos importantes do parque manufatureiro, colocando os processos de industrialização da região numa posição extremamente crítica. A crise é de tal profundidade, na medida em que joga

essas economias continuamente na recessão, que ela ameaça a ordem social dos países latino-americanos. De fato, esses países conseguiram manter suas estruturas sociais com alto grau de desigualdade, graças ao dinamismo econômico que permitiu uma certa mobilidade social. Sem esse recurso, as relações sociais tendem a se deteriorar principalmente nas grandes cidades.

• O terceiro ponto se relaciona com a perda de autonomia e da capacidade de decisão dessas sociedades. Frente a uma crise tão profunda, as elites e as classes dirigentes parecem estar sem a mínima capacidade de decisão autônoma, para engendrar uma alternativa. Neste ponto, a situação atual se opõe radicalmente à de 1930, quando houve a formulação de uma política industrializante face à crise. O processo de abertura dessas economias levou-as progressivamente a uma desagregação dos centros de decisão nacionais. A própria situação de descontrole dos governos em relação à inflação ilustra bem esse fenômeno. Neste sentido, a lógica da crise recente reforça esse aspecto na medida em que concentra o poder na economia central. A intervenção do FMI na política econômica de numerosos países latino-americanos ilustra bem esse ponto. A crise recessiva que se abate sobre as economias latino-americanas encerra definitivamente a estratégia de abertura externa que havia permitido a esses países, por um certo tempo, escapar aos seus problemas estruturais internos. Estes desajustes estruturais estavam na base do esgotamento da fase de crescimento anterior de substituições de importações. Eles reaparecem hoje de maneira mais dramática ainda na medida em que o período de expansão com abertura aprofundou as distorções estruturais, tais como a concentração da renda.

A superação da crise, se for de dentro dos países latino-americanos, deverá compreender a retomada de poder decisivo dos centros de poder nacionais, assim como propor reformas estruturais que permitam ampliar o mercado interno para desbloquear o processo de industrialização.

**Novos Estudos CEBRAP, São Paulo
n.º 14, pp. 16-30, fev. 86**

André Furtado é economista e pesquisador do CEBRAP.